

BILINGUISMO E SURDEZ: CONHECENDO ESSA ABORDAGEM NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSESPriscila Soares Vidal Festa¹
Daiane Cristine de Oliveira²**RESUMO**

A educação dos Surdos foi historicamente realizada através de metodologias, principalmente no que se refere à compreensão do desenvolvimento cognitivo, linguístico e social dos Surdos. Então, surgiu a reflexão da aprendizagem das crianças pelo conhecimento da LIBRAS porque a proposta do Bilinguismo defende que as crianças surdas devem aprender primeiro a língua de sinais e por essa língua possuir características de línguas naturais permite a aprendizagem da segunda língua na modalidade de Língua Portuguesa oral/escrita. Na área da Surdez, a implementação de proposta bilíngue em cada país é muito diferente por buscar o ensino nas escolas em que os sujeitos surdos podem utilizar as duas línguas no contexto educacional de cada realidade nos países dos Estados Unidos, França e Suécia. Esses países desenvolveram bastante a educação dos surdos com a proposta bilíngue dentro de suas escolas em que os professores ouvintes e surdos utilizam a língua de sinais como primeira língua e a segunda língua oficial do seu país. As pesquisas mostram que essas propostas obtiveram bons resultados no Bilinguismo. No Brasil, esse processo bilíngue está processo de desenvolvimento. Esse trabalho tem como objetivos de apresentar breve histórico a respeito da educação de surdos no mundo; conhecer como aconteceu o Bilinguismo na área da surdez nos Estados Unidos, França e Suécia através da literatura e descrever a realidade educacional dos surdos no Brasil apresenta-se nesse momento pesquisas brasileiras na área da surdez.

Palavras-chaves: Surdez, Bilinguismo, Educação.

ABSTRACT

Education of the Deaf has historically been accomplished through methodologies, especially when it comes to understanding cognitive development, language and social development of the Deaf. Then came the reflection of children's learning by knowledge of LIBRAS of bilingualism because the proposal argues that deaf children should first learn sign language and that language has features of natural languages allows learning a second language in the form of Portuguese Language oral / written. In the area of deafness, the implementation of bilingual proposal in each country is very different to seek education in schools where deaf people can use both languages in the educational context of each situation in the countries of the United States, France and Sweden. These countries have developed the education of the deaf with the proposal within its bilingual schools where the hearing teachers and deaf use sign language as their first language and second official language of their country. Researches show that these proposals have been successful in bilingualism. In Brazil, this bilingual process is developing This paper aims to present a brief history about the education of the deaf in the world, to know how it happened bilingualism in the United States, France and Sweden, through the literature and describe reality for deaf education in Brazil.

Keywords: Deafness, Bilingualism, Education.

¹ Pedagoga, Mestre em Distúrbios da Comunicação, especialista em Educação Especial com ênfase em inclusão; LIBRAS / Língua Portuguesa: ensino bilíngue para surdos e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora das Faculdades OPET.

² Pedagoga formada pelas Faculdades OPET.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Bilinguismo tem sido muito discutido na área da surdez devido à inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares assim como as políticas públicas desenvolvidas no Brasil nos últimos 10 anos. Lacerda (1998) defende que o Bilinguismo na área da surdez propõe um espaço efetivo para que a língua de sinais seja utilizada no trabalho educacional, propondo que sejam ensinadas duas línguas à criança surda: a língua de sinais por ser sua língua natural e a língua oficial do país (no caso do Brasil, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e o Português). Nesse sentido, ao sinalizar, a criança poderá desenvolver sua competência e capacidade linguística em uma língua que irá lhe auxiliar na aprendizagem de segunda língua, tornando-se bilíngue.

Mediante essa abordagem, como o Bilinguismo pode contribuir na formação educacional do surdo? Este trabalho teve como objetivo geral conhecer diferentes abordagens na educação de surdos. Como metodologia, nesse trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

Primeiramente, será apresentado um breve histórico da educação de surdos, será apresentado o histórico da educação de surdos em diferentes trajetórias no século XVI a. C. Para conhecer a história e as filosofias educacionais para surdos, faz-se importante um estudo mais aprofundado sobre o decorrer do Bilinguismo em através do histórico dos países de maior referência nessa área, a saber, Estados Unidos, França e Suécia.

Após essa abordagem será apresentado a realidade da educação brasileira de surdos por meio de pesquisas brasileiras na área da surdez.

1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A história da surdez é povoada por vozes sociais construídas durante o tempo, cercada por vozes de autoridade e de circulação de conceitos sobre deficiência, linguagem e a constituição do sujeito surdo. Portanto, para isso, faz-se necessário uma retomada histórica dos momentos da educação e concepção dos sujeitos surdos.

Desde a Antiguidade, os surdos eram considerados incapazes, pois a língua oral que utilizavam não era tão desenvolvida como a dos ouvintes. De acordo com Quadros (2006), nessa época, havia pouco conhecimento sobre as pessoas com deficiência. A maioria das pessoas consideradas diferentes e eram ignoradas pela sociedade eram vistos como “não humanos”. Por muito tempo foram desqualificados e inferiorizados e por isso deveriam ser eliminados do convívio da sociedade. Então, os surdos eram considerados excluídos, dessa forma, a voz social produzida por essa concepção era de que o surdo não tinha linguagem. Nesse momento não se compreendia que, a visão também poderia captar as informações linguísticas em detrimento da audição.

Sabe-se que o peso das palavras de um filósofo na Antiguidade era de grande repercussão na sociedade, pois o conhecimento era proveniente de suas mentes. O pensamento era produto de uma mente inquieta, que refletia sobre o funcionamento da sociedade onde vivia por isso o filósofo “se caracteriza ou se identifica pelo fato de ser um produtor de conhecimentos, produtor de um saber, de uma reflexão” (GERALDI, 1997, p.86).

Dessa maneira, Aristóteles em meados de 384 – 322 a.C., colocou em circulação de um questionamento que permeia as discussões sobre surdez até a atualidade, seria possível que uma pessoa que possui limitações auditivas adquirir linguagem em tal modo que pudesse argumentar e produzir algum conhecimento? Haveria possibilidade de formular a ideia do surdo ser um Ser da linguagem? Essas questões ainda estão postas na sociedade vigente.

Historicamente, as vozes sobre a surdez se constituíram sobre a falta, o afastamento do dito normal, ressaltando a deficiência e alegando a incapacidade, porém sem explicação científica. Em consequência disso, muitos sujeitos surdos foram abandonados ou sacrificados porque serem considerados pessoas castigadas e amaldiçoadas pelos deuses (GOLDFELD, 2002). Como os sujeitos não são imutáveis devido à dinâmica de ideias e concepções do homem em seu desenvolvimento, o conhecimento produzido por Aristóteles continua a repercutir nos tempos romanos. A grande Roma e seus pensadores iniciam outro ciclo de pensamentos, em que o homem tem direito de viver e de produzir trabalho. Especula-se sobre o que mais o homem poderia alcançar e como organizar a sociedade, criando assim a voz proveniente do direito romano.

Nessa organização de corpos perfeitos, do poderio bélico de uma grande nação, a deficiência de um corpo está diretamente exposta em uma sociedade que busca a perfeição. Em relação ao sujeito surdo, a voz de autoridade carregada de padrões normativos reflete neste como uma pessoa sem direitos, pois a linguagem desde a Antiguidade está diretamente relacionada à utilização da língua oral. Ainda não se questiona o motivo dos surdos utilizarem a visão como captação linguística e da relação de “não falante”, porém, a construção de sentidos sobre o que é a surdez ainda continua obscura e o senso comum continuava voltado para a produção da fala e não na constituição do sujeito.

Na Idade Média, a Igreja começa a ser a voz de autoridade, construindo seus dogmas a partir de conceitos provenientes dos mais remotos períodos. Observa-se a reorganização dos discursos ao modelo teocêntrico, em que Deus e a religião estavam no cerne de todas as questões do mundo. Geraldi (1997, p. 27) relata que: “ainda que os interlocutores possam compartilhar algumas de suas crenças, sempre se está reorganizando, pelos discursos, as representações que se fazem do mundo e dos objetos, de suas relações e das relações dos homens com o mundo e entre si”, portanto, o homem retorna suas atenções para a relação Deus e homem, reorganizando o discurso.

A surdez ainda não tinha uma explicação, apenas um emaranhado de vozes articulada sobre a falta de um corpo, isso posto, a surdez, de acordo com os discursos dessa época, estava associada à falta de Deus, caracterizada como possessão demoníaca, castigo de Deus pela exclusão desse sujeito surdo do discurso teocêntrico, e este era impossibilitado de participar da comunidade por não saber falar os sacramentos.

Mais uma vez, a surdez estava ligada à falta da produção oral como os ouvintes, assim, ao não considerarem a língua de sinais com o status de língua, as vozes sociais se encontraram em constante tensão socioaxiológica, de entrecruzamentos sobre concepções de linguagem e do modelo de pensamento vigente: o teocentrismo. Na Era Cristã, as concepções religiosas, as pessoas começaram a ver o deficiente como alguém que merecia compaixão, deixando-os viver, porém os surdos eram colocados em instituições para serem afastados do convívio social.

Os surdos eram consideradas impuros e condenados por Deus, como sendo castigados por Ele, assim como acometidos de doenças ou diferentes físicas, com uma existência cruel a cumprir. Um filósofo e teólogo cristão muito influente, Santo Agostinho, defendeu a ideia de que os pais de filhos surdos estariam pagando por algum pecado que haviam cometido (SACKS, 2010).

Então, até o século XV, haviam poucos programas de atenção especial para a educação de surdos. No final da Idade Média, começaram a surgir os primeiros trabalhos na área da educação para crianças surdas, como forma de integrá-las na sociedade, os primeiros registros de educadores de surdos no ocidente começam a surgir a partir do século XVII, principalmente na Espanha, França, Inglaterra e Alemanha.

Somente no século XVIII, o surdo encontra nesse espaço social um ambiente propício para “ter voz” e utilizar a língua de sinais. Nesse contexto, vários pesquisadores começam a interessar-se pela educação de surdos como Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), Pablo Bonet (1620), J. Bulwer (1614 – 1684) e Abade Charle Michel de L’Épée (1750).

A partir de 1860 o método oral começa a ganhar força, pois os profissionais começaram a investir no ensino da língua oral para os surdos. Nesse momento surgiu a ideia, defendida por alguns profissionais até hoje, que a língua de sinais seria prejudicial para a aprendizagem da língua oral (STROBEL, 2008).

No ano de 1880, em Milão, realizou-se o II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos. Este congresso foi um marco histórico de maior impacto na área da surdez e também o momento obscuro de toda essa jornada, pois desde aquele momento, a educação dos surdos teve sua continuação em sentido oposto à educação proposta no século XVII, quando os surdos e a sociedade haviam percebido as potencialidades dos surdos pela utilização da língua de sinais.

Nesse Congresso, foi realizada uma votação para eleger qual seria o método mais apropriado para a educação de surdos, se a utilização da língua de sinais como já vinha ocorrendo ou a utilização apenas da língua oral. O resultado foi que o Oralismo Puro (utilização apenas da língua oral) foi eleita como a melhor abordagem para os alunos surdos, culminando na proibição da utilização da língua de sinais nas escolas de surdos. O mais importante ícone do Oralismo foi Alexander Graham Bell (inventor do telefone), que exerceu a grande influência no resultado da votação do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão, no ano de 1880 (STROBEL, 2008).

Entretanto, no século XIX, a ciência novamente desponta para a questão da surdez através estudos de Itard, que procura a restauração da audição e ressalta a importância da língua oral para o surdo. Esse movimento, proveniente de uma voz social de tempos atrás, retoma o foco da educação de surdos para a busca da cura da surdez (GOLDFELD, 2002).

O uso da língua de sinais foi proibida, a ciência procurava curar a surdez e enquanto isso, os surdos passavam por momentos de reelaboração de sua identidade enquanto sujeitos dotados de língua e de possibilidades e não deficientes incapazes. Depois de 100 anos de proibição, a língua de sinais começou a ganhar novamente a atenção dos educadores de surdos, que acabaram por desenvolver outras filosofias para o atendimento desse aluno, retomando as pesquisas iniciais desenvolvidas na Europa e América do Norte para o ensino dos surdos.

De acordo com o breve histórico apresentado, pode-se perceber que esses precursores foram de grande importância no desenvolvimento da educação de surdos, pois ao reconhecerem que este deveria aprender a língua gestual acabaram

por identificar o sujeito surdo como ser humano constituído por uma língua própria, diferente da utilizada pela maioria.

Atualmente, existem diferentes pressupostos em relação à educação de surdos. Com objetivo de apresentar breve histórico a respeito da educação de surdos no mundo, nesse momento, faz-se necessário abordar os principais acontecimentos nessa área.

2. HISTÓRIA DO BILINGUISMO EM OUTROS PAÍSES

Através da literatura foi possível resgatar os principais acontecimentos na área da surdez na França, nos Estados Unidos e Suécia, por esses países apresentarem grande importância no desenvolvimento da educação de surdos. Os estudos produzidos por esses três países influenciaram a elaboração de uma política voltada para a surdez no Brasil. Por isso, faz-se necessário observar esse “entrelaçamento” de histórias e marcos importantes para compreender a realidade brasileira na área da surdez.

A França foi uns dos primeiros países a desenvolver uma educação voltada para alunos surdos. Um dos precursores dessa educação foi o abade L'Épée. Este abade viveu na França e em 1760 fundou uma escola pública para surdos o *Institut National de Junes Sourds de Paris* – INJS, sendo pioneiro nesse trabalho. Na própria escola, L'Épée capacitou inúmeros professores para surdos, sendo dessa forma um grande entusiasta dessa educação. Em 1785, ele já havia criado 21 escolas para surdos na França. Devido aos acontecimentos históricos na Europa já abordados (O Congresso de Milão) a preocupação com a língua de sinais fica reduzida e esquecida durante um certo período.

Devido ao Congresso de Milão (1880), as escolas não seguiam mais essa abordagem, ficando estagnadas.

A partir de 1979, Suzanne Boral-Maisong promove a primeira experiência pedagógica baseada no Bilinguismo na França, numa classe com duas professoras, uma ouvinte e uma surda, retomando o ensino para surdos a partir da língua de sinais.

Então, a partir do trabalho de Suzanne, a professora Danielle Bouvet, em 1981 iniciou a sua primeira turma bilíngue (STUMPF, 2006), em que a língua de sinais francesa foi ensinada como língua materna dos surdos e a língua francesa como segunda língua, conseguindo dessa forma mais abrangência à essa abordagem.

Em pesquisa sobre a realidade da abordagem bilíngue na França, Stumpf (2006)¹ relata suas observações sobre o ensino bilíngue em diferentes práticas educacionais em duas cidades francesas: Toulouse e Poitiers. Nessas escolas, verificou-se ser utilizada a abordagem bilíngue de modo satisfatório, em que os alunos aprendem a LSF (*Langue des Signes Française*), a língua francesa e a ELS (Escrita da Língua de Sinais). Essa abordagem continua a ser utilizada na França.

O uso do Bilinguismo nos Estados Unidos está diretamente ligado à história da educação dos surdos na França, pois em 1816 o norte-americano Thomas Gallaudet visita o Instituto de Surdos em Paris e conhece Laurent Clerc, professor surdo que fora aluno de L'Épée, aprendendo com ele como ensinar alunos surdos e a língua de sinais francesa (LSF). Então, Thomas convida Laurent para ir aos Estados Unidos a fim de abrir escolas para surdos na América, visto não existir ainda esse tipo de trabalho (GOLDFELD, 2002).

Então, Thomas Gallaudet e Laurent Clerc fundaram em 1817 o *American Asylum for the Deaf*, em Hartford, onde praticamente todos os professores de surdos eram

fluentes na língua de sinais. Da língua de sinais francesa (LSF) trazida por Clerc (LSF) e dos sinais que os surdos norte-americanos já utilizavam surgiu a *American Sign Language* (ASL), o que proporcionou a formação das primeiras comunidades surdas.

A partir de 1821, todas as escolas públicas americanas passavam a mover-se em direção à *American Sign Language* (ASL). No ano de 1850, a ASL passa a ser utilizada nas escolas e neste período, houve uma elevação no grau de escolarização dos surdos que podiam utilizar a língua de sinais com facilidade as disciplinas (SACKS, 2010).

Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, foi diretor do Instituto de Columbia para surdos e cegos, que mais tarde, elevou o estatuto do mesmo, fundando a Universidade Gallaudet em 1864. Esta foi a primeira Universidade Nacional para Surdos.

Quase 100 anos depois, em 1960, William Stokoe retoma os estudos sobre a língua de sinais e publica o estudo "*Language Structure: Na Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*" sobre a gramática da ASL, proporcionando novamente um espaço de discussão sobre essa língua, incentivando novas pesquisas que mais tarde culminariam na elaboração de filosofias na educação de surdos. Esta publicação foi uma semente de todas as pesquisas que floresceram nos Estados Unidos, na Europa e chegou ao Brasil (SACKS, 2010).

A partir de 1970 nos Estados Unidos surgiram diversos códigos manuais, diferentes da língua de sinais, com o objetivo de facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes e também para facilitar o processo de aquisição da linguagem de crianças surdas. Essa abordagem ficou conhecida como Comunicação Total que trouxe o reconhecimento e valorização a língua de sinais por mais de 100 anos.

A Suécia também apresenta grande importância nesse cenário educacional para a efetiva implantação do Bilinguismo. Enquanto os trabalhos de Danielle Bouvet, em Paris, são publicados em 1981, pesquisas são realizadas na Suécia e Dinamarca, na mesma época. Essas pesquisas buscavam introduzir o enfoque bilíngue na educação do indivíduo surdo e o primeiro currículo bilíngue para as escolas de surdos foi introduzindo na Suécia em 1983 (KOZLOWSKI, 1995).

Como a utilização do Bilinguismo para surdos já tinha sido um sucesso por muitos anos, a língua de sinais passa a ser reconhecida e ensinada como a primeira língua para o surdo e a língua sueca como segunda através da legislação desde a década de 80.

A educação de surdos no Brasil teve seu início em 1850 a partir de debates sobre poder e disciplina na educação de surdos. Assim como Thomas Gallaudet, o então imperador do Brasil Dom Pedro II vai até a França e acaba conhecendo o trabalho realizado pelo Instituto de Surdos de Paris, fundado pelo abade L'Épée. Nesse contexto, Dom Pedro II convida o professor surdo E. Huet para iniciar o trabalho com surdos no Brasil (FELIPE, 2007), visto ainda não ter nenhum trabalho dessa magnitude no país. A língua de sinais francesa e combinada com os sinais já utilizados pelos surdos brasileiros são origem à LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

No dia 26 de setembro (hoje instituído como o Dia Nacional do Surdo) de 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Educação de surdos – INES. Essa escola ainda existe no Rio de Janeiro, no bairro de Laranjeiras.

Em 1980, o Bilinguismo no Brasil começa a despontar, tendo como pressuposto básico de que surdo precisa ser bilíngue ou deve adquirir como língua materna a língua de sinais, sendo essa considerada a língua natural dos surdos, e como segunda língua, a língua oficial do seu país. Já no final dos anos 80, no Brasil, os surdos começaram a liderar o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Na década dos anos 90, um projeto de Lei da então senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da LIBRAS, em âmbito federal (STROBEL, 2008). Para Quadros (2006, p.160), “a Língua Brasileira de Sinais é uma linguagem espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira”.

Na década de 80 iniciou-se a implantação da filosofia bilíngue efetivamente e na década de 90 essa abordagem começou a ter mais adeptos em todos os países do mundo (GOLDFELD, 2002). Nessa perspectiva, o surdo pode ser bilíngue, porque este tem condições de adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e a segunda língua, a língua oficial do seu país, no caso do Brasil, o Português. Um conceito importante vinculado à essa abordagem é que o sujeito surdo é dotado de uma língua de modalidade visuo-espacial e possui uma cultura própria. Kozlowski (2000) defende que a criança surda deve adquirir a língua de sinais assim como precisa ser alfabetizada na língua oficial de seu país, participando dessa forma de um ambiente bicultural.

A abordagem bilíngue (FERNANDES, 2011) parte do pressuposto que a educação para surdos acontece em duas línguas: L1 – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e L2 – Língua Portuguesa (a escrita obrigatoriamente e oral possivelmente, já que nem todos os surdos tem oportunidades de desenvolver a oralidade, como segunda língua). Dessa maneira, o Bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança surda as duas línguas no contexto escolar. Nesse momento, essa é uma das abordagens surdas com grande repercussão atualmente no Brasil (STROBEL, 2008).

A LIBRAS já é reconhecida pela Lei nº 10.436/2002. Nessa lei, a LIBRAS é considerada como língua oficial da comunidade surda, defende a educação bilíngue para os surdos e reconhece existência da cultura surda. O Decreto Federal nº 5.626/2005 apresenta uma definição de sujeito surdo, sendo aquele que: “por ter perda auditiva, compreender e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”. Porém, Goldfeld (2002) aponta que infelizmente a aceitação da educação bilíngue ainda é pequena no Brasil, mesmo essa sendo oficializada em documentos nacionais.

Mediante esse histórico, pode-se perceber existe a necessidade de respeitar e compreender o sujeito surdo, assegurando a este o direito de oportunidades educacionais de qualidade. A partir da compreensão de que a língua de sinais permite o desenvolvimento das pessoas surdas, estas reivindicam o direito de usar esta língua, o que tem levado, nos últimos anos, algumas escolas a adotarem a filosofia bilíngue na educação dos alunos surdos. Portanto, ao aceitar o Bilinguismo na educação de surdos, aceita-se a diferença do outro.

Alguns pesquisadores brasileiros (GUARINELLO *et.al.*, 2006; LACERDA, 2007; GUARINELLO *et.al.*, 2009; MOREIRA, BOLSANELLO e SEGER, 2011; FERNANDES, 2011) têm discutido a educação bilíngue e a inclusão de surdos no sistema educacional do Brasil.

Guarinello *et. al* (2006) apresenta como objetivo debater a problemática que envolve a inclusão do aluno surdo no ensino regular. Na pesquisa foram apontadas várias dificuldades na implantação do Bilinguismo nas escolas regulares como a falta de conhecimento sobre a área da surdez pelos professores; a dificuldade de interação com o surdo e o desconhecimento de LIBRAS por parte dos professores.

Já Lacerda (2007) ao relatar a experiência de inclusão de um aluno surdo na escola regular outras dificuldades aponta o não conhecimento da língua de sinais pelos alunos ouvintes, o que causa um distanciamento entre colegas surdos e ouvintes. Ou seja, há problemas de comunicação em sala de aula e na implementação de políticas voltadas para surdez na escola.

Em pesquisa com surdos universitários provenientes do sistema educacional brasileiro, Guarinello *et.al.* (2009) procuram investigar as condições de letramento desses alunos (desempenho em atividades de leitura e da escrita). Os alunos investigados demonstram compreensão em alguns aspectos, mas tiveram dificuldades quando se referia a uma maior interpretação dos textos. Isso ocorreu, segundo as autoras, justamente pelas práticas de leitura e escrita a que os surdos foram submetidos ao longo de sua escolaridade, onde o Bilinguismo ainda não era realidade educacional.

Em relação aos surdos universitários, Moreira, Bolsanello e Seger (2011) com o objetivo de conhecer a trajetória escolar desses alunos e a sua relação com as ações e encaminhamentos institucionais no seu processo de inclusão, concluem que uma universidade inclusiva só é possível se houver a busca por mudança para a eliminação de barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções excludentes e segregadoras.

De acordo com Fernandes (2011), a efetivação de um processo educacional com enfoque bilíngue para surdos precisa envolver uma diversidade de possibilidades e contextos de atendimento, de acordo com a realidade de cada município assim como a disponibilidade de profissionais habilitados nessa modalidade educacional. Ainda, ressalta a importância de haver serviços especializados para assegurar os atendimentos necessários dos alunos surdos, a presença do intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa, do instrutor surdo na escola, classes de educação bilíngue, instituições especializadas e escola de educação bilíngue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi apresentado a abordagem bilíngue para a educação dos surdos e seu desenvolvimento através da história na França, Estados Unidos, Suécia e Brasil.

Mediante as pesquisas estudadas percebeu-se que o Bilinguismo tem apresentado grandes avanços na vida educacional de surdos que podem participar dessa educação, sendo fundamental para o seu desenvolvimento.

Diferente dos outros países, o Brasil ainda necessita de estrutura para que o Bilinguismo seja efetivado. Como realidade, pode-se constatar por meio da literatura analisada que ainda faltam profissionais bilíngues nas escolas, a real aceitação da proposta bilíngue nas escolas inclusivas e a contratação de mais intérpretes de LIBRAS nas escolas para o apoio de necessidades aos alunos surdos.

As pesquisas apresentadas demonstraram que os professores desconhecem a LIBRAS e não possuem muita experiência na educação de crianças surdas. É muito importante investir na divulgação de mais informações, investigações e conhecimento sobre a surdez, pois os surdos vêm lutando para conquistar seus

direitos sociais e quebrar as barreiras existentes, muitas vezes construídas pelo preconceito. Os surdos acreditam que através de um ensino que atenda as suas necessidades linguísticas e culturais eles poderão incluir-se com ouvintes.

REFERÊNCIAS

FELIPE, T. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

FERNANDES, S. Educação de Surdos. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

GUARINELLO, AC , BERBERIAN,AP, SANTANA, AP, MASSI,G, PAULA,M. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.12, n.3, p. 317-330, 2006.

_____. Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v.15, n.1, p. 99-120, 2009.

GERALDI, JW. Portos de Passagem. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1997.

GOLDFELD, M. A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

KOZLOWSKI, L. O Modelo Bilíngue- Bicultural na Educação do surdo. Distúrbios da Comunicação, São Paulo, v.7, n.2, p147-156,1995.

LACERDA, CF. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Caderno CEDES, Campinas,v.19, n.46, p. 68-80,1998.

_____. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n.2, p. 257-280, 2007.

MOREIRA, LC; BOLSANELLO, MA,SEGER, RG. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. Educação em Revista, Curitiba,n.41,p. 125-143, 2011.

QUADROS,R.Políticas Linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: Espaço de negociações. Cadernos CEDES, Campinas, v.69, p. 141 – 162, 2006.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem pelo Mundo dos Surdos. 1ª ed.,São Paulo:Companhia de Bolso, 2010.

STUMPF, MR. Práticas de Bilinguismo – relato de experiências. Educação Temática Digital, Campinas,v.7, n.2, p.285 – 291, 2006.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis :Editora da UFSC, 2008.